

PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Reforma da Previdência e RPPS: Regras Gerais, Transições e Direitos Adquiridos. Tudo o que o servidor precisa saber sobre aposentadorias, pensões, abono de permanência e acumulação de benefícios

 09 a 13 de março de 2026 |  Online |  14h00 às 18h00 | Carga Horária: 20h/a

  **Com o Especialista:** Mauricio Roberto de Souza Benedito - Um dos maiores especialistas do Brasil em RPPS, Aposentadorias e Pensões; Ex-Diretor de Previdência Social da FUNAPE por 20 anos; Auditor Fiscal da SEFAZ/PE; Coautor do livro-base do RPPS pós-EC 103/2019

Por que este treinamento é indispensável?

Visa esclarecer as significativas modificações introduzidas pela Reforma da Previdência no serviço público, promovida pela **Emenda Constitucional nº 103/2019**, destacando:

- A Regra Geral (Disposições Transitórias)
- As Regras de Transição
- O Direito Adquirido

Aborda, também, as **Emendas Constitucionais nºs 88/15, 70/12, 47/05, 41/03 e 20/98**, bem como a **Portaria MTP nº 1.467/22**, alterada pelas recentes Portarias **MPS nºs 1.180/24, 1.499/24 e 2.010/25**, possibilitando ao participante **operacionalizar a concessão, o cálculo, o reajustamento e o controle das aposentadorias e pensões por morte**.

Aprofundamento Temático

- Aposentadorias Especiais para servidores **com deficiência, em atividade de risco ou expostos a agentes prejudiciais à saúde.**

- Estudo das **Leis Federais nº 15.108/25, 13.846/19 e 13.135/15**, que **introduziram alterações na pensão por morte**.

Público-Alvo

Profissionais que lidam com a Previdência dos Servidores Públicos (Regime Próprio de Previdência Social – RPPS) ou que pretendam adquirir conhecimentos sobre o assunto, tais como integrantes dos setores de gestão de pessoas, cadastro, folha de pagamento, análise de processos de concessão, manutenção e pagamento de benefícios previdenciários, atendimento aos servidores, consultoria/assessoria jurídica, financeiro, controle interno, controle externo, outros.

Programação

Visão Geral da Previdência Social no Brasil

Regime Jurídico de Trabalho e Regime Previdenciário

Regras Constitucionais para Concessão dos Benefícios Previdenciários de Aposentadorias dos Servidores Públicos (segundo as ECs 103/19, 88/15, 70/12, 47/05, 41/03 e 20/98):

Regra do Direito Adquirido

Regras de Transição

Regra Geral (Disposições Transitórias)

Apuração de tempo para aposentadoria

Tempo de serviço

Tempo fictício

Tempo de contribuição

Tempo de efetivo exercício no serviço público

Tempo de efetivo exercício no cargo efetivo

Tempo de efetivo exercício para as aposentadorias especiais do §4º do art. 40 da CF

Cálculo dos proventos de aposentadoria

Com base nas normas vigentes para aposentadorias com direito adquirido até 16/12/98

Com base na remuneração do servidor no cargo efetivo, para aposentadorias com direito adquirido no período de 16/12/98 a 31/12/03

Com base na remuneração do servidor no cargo efetivo, para aposentadorias com direito implementado no período de 31/12/03 a 19/02/04

Com base na remuneração do servidor no cargo efetivo, para aposentadorias com fundamento no art. 6º da EC 41/03 e no art. 3º da EC 47/05

Com base na remuneração de contribuição, para aposentadorias com requisitos implementados a partir de 20/02/04 – Regra Geral e Regra de Transição do art. 2º da EC 41/03

Com base na remuneração do servidor no cargo efetivo ou na remuneração de contribuição, para aposentadorias com fundamento nas Regras de Transição do art. 4º e do art. 20 da EC 103/2019

Com base na remuneração de contribuição, para aposentadorias com requisitos implementados a partir da publicação da EC 103/2019 – Regra Geral

Pensões por morte – Leis 15.108/25, 13.846/19, 13.135/15, 10.887/04 e 8.213/91

Dependentes previdenciários

Formas de cálculo

Integralidade x Aplicação de redutor

Tempo mínimo de contribuição, de casamento e de união estável

Duração da pensão

Habilitação posterior ou superveniente

Rateio, reversão, extinção

Reajustamento de aposentadorias e pensões por morte

Reajuste pela inflação x Paridade

ADI 4582/11

Aposentadorias Especiais dos §§ 4º, 4º-A, 4º-B e 4º-C do artigo 40 da Constituição Federal

I. Exposição a agentes prejudiciais à saúde

EC 103/19 (arts. 10 e 21)

Súmula Vinculante 33 (2014) do STF (Mandados de Injunção)

Art. 57 da Lei 8.213/91 do RGPS (INSS)

Portaria MTP 1.467/22

Instrução processual

LTCAT

PPP

Conversão de tempo

Cálculo dos proventos

Abono de permanência

II. Servidor com deficiência

EC 103/19 (art. 22)

Mandados de Injunção

Lei Complementar Federal 142/13 do RGPS (INSS)

Portaria MTP 1.467/22

Avaliação médica e funcional da deficiência. Grau de deficiência

Ajuste de tempo

Cálculo dos proventos

III. Atividades de risco

EC 103/19 (arts. 5º e 10)

Mandados de Injunção

LCF 51/85, alterada pela LCF 144/14 – Policial

Portaria MTP 1.467/22

Cálculo dos proventos

Tópicos relevantes

Contribuição previdenciária
Abono de permanência
Cessão/Licença/Afastamento
Verbas incorporáveis e não incorporáveis
Acumulação de cargos e de benefícios previdenciários
Contribuição previdenciária e aposentadoria do cargo comissionado, do contratado temporariamente e do agente político
União estável, união homoafetiva e concubinato
Teto remuneratório constitucional
Certidões de Tempo de Contribuição – Portaria MTP 1.467/22

Emenda Constitucional 103/19 – Reforma da Previdência

Portaria MTP 1.467/22 e alterações – Consolidação das normas dos RPPS

Portarias SGP/SEDGG/ME 4.645/22 (pensão) e 10.360/22 (aposentadoria)

Instrução Normativa INSS 128/22

Exercícios e estudos de casos



Facilitador

Mauricio Roberto de Souza Benedito

Pós-graduado em Gestão Governamental – UPE/FCAP. Professor de Pós-Graduação em Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos da Faculdade UNYLEA (UNYEAD Educacional). Instrutor da Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda – ESAF/MF (incorporada à Escola Nacional de Administração Pública – ENAP). Auditor Fiscal do Tesouro Estadual da Secretaria da Fazenda de Pernambuco, tendo atuado como Diretor Executivo de Administração Financeira. Exerceu, de 2002 a 2022, o cargo de DIRETOR DE PREVIDÊNCIA SOCIAL da Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE. Integrou o Conselho Nacional de Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social – CONAPREV, dirigido pelo Secretaria de Previdência do Ministério da Previdência. Coautor do livro “O Regime Previdenciário do Servidor Público de Acordo com a Emenda Constitucional nº 103/2019 e com a Portaria MTP nº 1.467/2022. Editora Foco Jurídico, 4ª edição, 2025”



Metodologia

O curso será desenvolvido com **exposição dialogada, debates orientados e oficinas práticas**, utilizando **modelos pré-formatados aplicáveis às atividades de auditoria**.

A abordagem é **100% prática e interativa**, permitindo ao participante aplicar imediatamente os conceitos aprendidos em situações reais de auditoria e controle interno.

Durante as aulas, o participante terá acesso a:

- Simulações e estudos de caso reais;
- Modelos e matrizes de auditoria prontos para uso;

- Discussões guiadas sobre gestão de riscos e conformidade;
- Orientação direta do especialista em tempo real.

Investimento

R\$ 2.890,00 (dois mil oitocentos e noventa reais) por participante.

Este curso inclui:

-  **Aulas em ambiente virtual – 100% ao vivo e interativas**
-  **Material de apoio personalizado** (apostila digital e material complementar para download)
-  **20 dias de replay** após a realização
-  **Certificado digital de conclusão**

Características do Curso

A Capacity Treinamentos oferece, em formato online, a mesma qualidade de seus eventos presenciais — com **interação direta entre professor e participantes** e **ambiente de aprendizado dinâmico e colaborativo**.

- Duração: **20 horas/aula**
- Formato: **Online ao vivo (via videoconferência)**
- Certificação: **Digital**

Requisitos Técnicos Recomendados

Antes do início das aulas, recomenda-se verificar os requisitos mínimos para garantir a melhor experiência:

- Computador com bom desempenho;
- Conexão de internet via cabo (mínimo 10 Mbps);
- Webcam e microfone;
- Fones de ouvido para melhor qualidade de som;
- Navegador: **Google Chrome** (preferencial) ou versões atualizadas de **Mozilla Firefox** e **Microsoft Edge**.

 Se as especificações mínimas não forem atendidas, a qualidade da transmissão (áudio e vídeo) poderá ser comprometida.

Ambiente e Acesso

O curso será ministrado em **plataforma de videoconferência totalmente ao vivo**.

Após a confirmação da inscrição, o participante receberá por e-mail **as instruções de acesso e o link da plataforma**.

Condições Gerais de Contratação

A inscrição será confirmada mediante o envio da **nota de empenho, ordem de serviço, autorização de fornecimento ou comprovante de depósito**.

Cancelamentos poderão ser realizados até **7 (sete) dias úteis antes da data de início do curso**. Após esse prazo, será possível apenas a **substituição do participante ou crédito para turmas futuras**.

A **Capacity Treinamentos** reserva-se o direito de adiar, reagendar ou substituir palestrantes em casos fortuitos, sem caracterizar infração administrativa ou civil.

Em caso de desistência fora do prazo, **não haverá devolução de valores pagos** nem cancelamento da nota de empenho.



Dados da Instituição

Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda.

CNPJ: 18.133.018/0001-27 | I.E.: 07.643.346/001-63

Endereço: Quadra 03, Conjunto A, Lote 42, Sala 402, 403 – Planaltina - DF - CEP 73350-301

Banco do Brasil Agência: 1230-0 Conta Corrente: 125595-9



Cadastrada no SICAF



Informações e Inscrições

capacity@capacitytreinamentos.com.br

inscricao@capacitytreinamentos.com.br

(61) 3049-3091 | Whatsapp: (61) 98442-1761

www.capacitytreinamentos.com.br